

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2025****(AMPLA PARTICIPAÇÃO)****MODO DE DISPUTA ABERTO**

Processo licitatório regido pela Lei N.º 14.133/2021, Lei Complementar N.º 123/2006, Decreto Municipal N.º 4.442/23 e demais legislações que regem a matéria.

**TIPO****MENOR PREÇO UNITÁRIO****OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADOS PARA ASSESSORIA INTEGRAL EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

**SESSÃO PÚBLICA PARA DISPUTA DE LANCES****DATA**

26 DE SETEMBRO DE 2025

**INÍCIO**

9h (Horário de Brasília – DF)

**PREGOEIRO**

Luismar da Silva Martins

**LOCAL**


www.licitanet.com.br

**INFORMAÇÕES****DIAS**

Segunda à sexta-feira (em dias de expediente)

**HORÁRIOS**

Das 7h às 13h (Horário de Mato Grosso - MT)

**TELEFONES**(65) 3241-3090/1012 e  (65) 9 9953-0883**E-MAIL**

licitacao@mirassoldoeste.mt.gov.br

**RETIRADA DO EDITAL PELA INTERNET**

O Edital e demais informações referentes a este processo licitatório podem ser obtidas no site oficial do Município, na Plataforma de realização da sessão pública para disputa de lances e, obrigatoriamente, serão publicadas nos órgãos oficiais. O(A) licitante interessado(a) é, **exclusivamente**, responsável pelo acompanhamento deste processo.



## EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2025

(AMPLA PARTICIPAÇÃO)

O Município de Mirassol d'Oeste, através de seu Pregoeiro designado pela Portaria N.º 209/2025, levam ao conhecimento dos(as) interessados(as) que, na forma da Lei N.º 14.133/21, Lei Complementar N.º 123/06, Decreto Municipal N.º 4.442/23 e demais Leis e Decretos que regem a matéria, farão realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO – MODO DE DISPUTA ABERTO**, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

Este processo licitatório será realizado em sessão pública, por meio eletrônico, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) integrante do quadro do Município, denominado PREGOEIRO e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo, constante na página LICITANET - licitações *on-line* – <[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)>.

O instrumento convocatório e todos os seus elementos, integrantes ao processo, estarão/encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <[www.mirassoldoeste.mt.gov.br](http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br)>, ícone “Portal da Transparência > Licitações > Licitações em andamento”.

**SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO (Horário de Brasília - DF):**  
**Recebimento das propostas:** A partir da publicação até às 8h59min do dia **26/09/2025**.  
**Análise de propostas e início da disputa:** 9h do dia **26/09/2025**.  
**Endereço eletrônico da disputa:** <[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)>

**SEÇÃO I – DO OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente processo licitatório é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADOS PARA ASSESSORIA INTEGRAL EM SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - NO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**.

**1.2.** A licitação será composta de itens unitários, conforme constante do Termo de Referência, **devendo os(as) licitantes atentar-se aos detalhes especificados neste, evitando futuras solicitações de desistência.**

**1.3.** O critério de julgamento adotado será o de menor preço unitário.

**SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1.** As despesas com a execução do objeto desta licitação foram estimadas conforme documentos constantes dos autos do processo licitatório: orçamentos com empresas do ramo, preços públicos através de Atas de Registro de Preço, Banco de Preços e RADAR do TCE/MT.

**2.2.** As despesas correrão à conta de dotação orçamentária consignada da seguinte forma:

FICHAS	CENTROS DE CUSTOS
65	SECRET. DE ADM. E PLANEJAMENTO

**SEÇÃO III – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**3.1.** Poderão participar desta licitação quaisquer interessados(as) que atendam às exigências e condições devidamente estabelecidas por este Edital e que explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação.

**3.2.** Não poderão participar:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil, com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;



- c) Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- d) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar de licitações em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei N.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- g) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei N.º 14.133/2021.
- i) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nesta condição;
- j) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, quando for o caso;
- k) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**3.2.1. O impedimento de que trata o item d será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante (art. 14, § 1º da Lei N.º 14.133/21).**

**3.2.2.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas j e k, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**3.2.3.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**3.2.4.** O disposto nas alíneas j e k não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**3.2.5.** A vedação de que trata a alínea h estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**3.3.** A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei N.º 14.133/2021.

**3.4.** A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

**3.4.1.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

**3.4.2.** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

**3.4.3.** Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>;

**3.5.** Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.



3.6. As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

#### SEÇÃO IV – DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

4.1. As empresas licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da Sessão Pública, via internet, sob sua responsabilidade.

4.1.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de **Home Broker**, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.1.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)>;

4.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos ofertados pela Plataforma LICITANET.

a) O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do(a) licitante, conforme tabela abaixo:

Avulso	30 dias	90 dias	180 dias	365 dias
R\$ 98,00	R\$ 143,00	R\$ 260,00	R\$ 395,00	R\$ 629,00

4.3. O login e a senha do(a) licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando suspensas por inadimplência junto a **LICITANET – Licitações On-line** ou canceladas por solicitação do(a) mesmo.

4.3.1. A manutenção ou alteração da senha de acesso será feita através de pedido do(a) licitante junto ao atendimento *on-line (chat)* do site **LICITANET – Licitações On-line**, sendo enviada para seu *e-mail* a nova senha.

4.4. O sigilo da senha é de **EXCLUSIVA** responsabilidade do(a) licitante.

4.4.1. Inclui-se a esta responsabilidade qualquer transação efetuada diretamente ou por seu(ua) representante, não cabendo ao provedor do Sistema, à Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste ou ao pregoeiro, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso, se for o caso.

4.6. O cadastramento do(a) licitante junto à Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

4.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633, (34) 2512-6500 e **Whatsapp**: (34) 2512-6504, (34) 2512-6505 e (34) 2512-6506 ou pelo *e-mail* <[fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br)>.

4.8. As microempresas ou as empresas de pequeno porte, no momento de seu cadastro, deverão manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, o estabelecido na Lei Complementar N.º 123/2006 e ainda suas alterações/inclusões pela Lei Complementar N.º 147/2014.

4.8.1. A **não declaração** do(a) licitante, em referência à Lei Complementar N.º 123/2006 e suas alterações/inclusões pela Lei Complementar N.º 147/2014 caso se enquadre, implicará no **IMPEDIMENTO DO(A) LICITANTE EM BENEFICIAR-SE DA MESMA**.

4.8.2. A declaração falsa dos requisitos do credenciamento sujeitará às sanções previstas neste Edital e nas demais cominações legais do certame.

4.9. A interconexão com a rede mundial de computadores (internet) é/será de responsabilidade **EXCLUSIVA** dos(as) licitantes interessados(as).

#### SEÇÃO V – DA APRESENTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1. Os(As) licitantes encaminharão, exclusivamente por meio da plataforma utilizada para a realização do processo licitatório, a proposta com a **DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS OFERTADOS**, incluindo **QUANTIDADE, PREÇO e MARCA (EXCETO PARA BENS DE FABRICAÇÃO PRÓPRIA OU PARA SERVIÇOS)**, até o horário limite de início da sessão pública, quando então, encerrar-se-á, automaticamente a etapa de envio dessa documentação.





**5.1.1.** As propostas registradas na “plataforma” **NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação do(a) licitante na proposta registrada, esta será **DESCLASSIFICADA** pelo pregoeiro.

**5.1.2.** No caso de pregão para AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, a coluna referente a indicação de marca **deverá** ficar em branco ou ser inserida a expressão "marca própria".

**5.1.3.** O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

**5.2.** Aberta a etapa competitiva, os(as) representantes dos(as) fornecedores(as) deverão estar conectados(as) ao sistema para participar da sessão pública de lances. A cada lance ofertado o(a) participante será, imediatamente, informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor (R\$).

**5.3.** A(O) licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital, bem como as demais declarações exigidas pela plataforma, que se encontram unificadas no documento denominado **Declaração Única**, firmada no momento de anexar a proposta.

**5.4.** A(O) licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte **deverá** assinalar, em campo próprio, sua condição, sob pena de não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar N.º 123/2006 – e, se for o caso, outras que regem a matéria - durante o certame.

**5.5.** A falsa declaração relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a(o) licitante às sanções previstas neste Edital.

**5.6.** As propostas iniciais ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

**5.6.1.** Até 30 (trinta) minutos antes do horário marcado para abertura da sessão, o(a) licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

**5.6.2.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**5.7.** O(A) licitante será **inteiramente responsável** por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subsequentes lances, bem como, acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**5.8.** O(A) licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

**5.9.** Um(a) licitante, ou grupo, suas filiais, ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico, ou financeiro, somente poderá apresentar **uma única proposta de preços**. No caso de um(a) licitante participar em mais de uma proposta de preços, estas propostas serão desconsideradas e rejeitadas pela entidade promotora da licitação.

**5.9.1.** Para tais efeitos, serão consideradas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5% (cinco por cento) ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente a outra empresa.

**5.10.** Nenhuma empresa ou instituição vinculada ao Município será elegível para participar deste processo licitatório.

**5.11.** Nas propostas de preços **REGISTRADAS** no sistema eletrônico, deverão ser observadas as seguintes condições:

- a) Preço unitário e total para o item, expresso em moeda corrente nacional (R\$), com no máximo 02 (duas) casas decimais
- b) Na proposta ofertada deverão estar inclusos todos os insumos que a compõem, tais como impostos, ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) e/ou ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza) - conforme o caso -, taxas, descontos, e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

**5.12.** A proposta registrada implicará em plena aceitação, por parte do(a) licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**5.13.** O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

**5.14.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Identificarem o(a) licitante;



- b) Apresentarem valores/percentuais de desconto simbólicos ou valor/percentual zero;
- c) Não indicarem a marca do produto ofertado (com exceção para produtos de fabricação própria ou serviços);
- d) Contiverem vícios insanáveis;
- e) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- f) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos, desde que insanável.

**5.15.** Caso julgue necessário, o pregoeiro submeterá a documentação relativa à proposta apresentada pelos(as) participantes à equipe técnica da Unidade solicitante do objeto, para que os mesmos analisem e emitam parecer técnico dos produtos e/ou serviços ofertados.

#### **SEÇÃO VI – DAS REGRAS APLICÁVEIS A PREGÃO COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP NOS ITENS COM VALOR GLOBAL DE REFERÊNCIA DE ATÉ R\$80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)**

**6.1.** Nos termos da Lei Complementar N.º 123/06, artigos 47 e 48, inciso I, os itens cujo valor total de referência seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são reservados para participação exclusiva de licitantes enquadrados(as) como ME/EPP, o que não impede das mesmas também apresentar propostas para os itens cujo valor total de referência ultrapasse este teto.

**6.2.** As licitantes não enquadradas como ME/EPP poderão apresentar proposta somente para os itens cujo valor total de referência ultrapasse R\$80.000,00 (oitenta mil reais), conforme valores constantes do Anexo IV (Relatório do Sistema).

**6.3. CASO SEJAM APRESENTADAS PROPOSTAS PARA OS ITENS EXCLUSIVOS POR EMPRESAS NÃO ENQUADRADAS NA CONDIÇÃO DE ME/EPP, AS PROPOSTAS SERÃO AUTOMATICAMENTE DESCLASSIFICADAS.**

#### **SEÇÃO VII – DOS BENEFÍCIOS APLICÁVEIS ÀS LICITANTES ENQUADRADAS COMO ME/EPP/MEI**

**7.1.** Para fins de aplicação dos efeitos da Lei Complementar N.º 123/2006, os(as) licitantes enquadrados(as) como ME/EPP deverão declarar sua condição, em campo próprio, no momento de inserir proposta e documentos, nos termos das cláusulas 5.4 e 5.5.

**7.1.1. No caso de bens divisíveis,** nos itens em que o valor total de referência ultrapasse R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), será reservada cota de 25% (vinte e cinco por cento) para a participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, nos termos da Lei Complementar N.º 123/06, art. 48, inciso III.

**7.1.2.** O(A) licitante que apresentar declaração falsa **responderá** por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

**7.1.3.** A(s) cota(s) de 25% (vinte e cinco por cento), mencionadas nesta seção, está(ão) reservada(s) e distribuída(s) no Anexo de relação de itens da licitação.

**7.2.** Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará de forma automática, em coluna própria, as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar N.º 123/2006.

**7.2.1.** Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

**7.3.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de **5 (cinco) minutos** controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.3.1.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocados(as) os(as) demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no mesmo prazo estabelecido para a desistente/a que não manifestou-se.

**7.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



**7.5.** Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, a convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

**7.6.** Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) Empresas estabelecidas no território do Estado de Mato Grosso;
- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- d) Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei N.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**7.7.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será **sorteada** pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

**7.8.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao(à) licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, nos termos da Seção X, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**7.9.** As regras previstas acima referentes ao empate ficto não se aplicam no caso de licitação exclusiva para ME/EPP/MEI.

**7.10.** A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal (endereço: <http://www.portaldatransparencia.gov.br>), no Portal da Transparência do Governo do Estado do Mato Grosso (endereço: <http://www.transparencia.mt.gov.br/-/por-favorecido>) e no Portal da Transparência do TCE-MT (endereço: <https://sigesp.tce.mt.gov.br/aplictransparencia/tce/?ug=128#/home>) para apurar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME/EPP e/ou os valores de contratos celebrados com órgãos e entidades da Administração Pública, relativos ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame, já seria suficiente para extrapolar a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento previsto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

**7.11.** A partir da verificação de que trata o subitem anterior, constatado o extrapolamento do limite de enquadramento, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

**7.12.** Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

## **SEÇÃO VIII – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**8.1.** A abertura da sessão pública desta licitação, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, em plataforma eletrônica, que poderá ser acesso em <[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)>.

**8.2.** Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os(as) licitantes ocorrerá, exclusivamente, por troca de mensagens, em campo próprio, do sistema eletrônico.

**8.3.** Cabe ao(à) licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

**8.4.** Devido ao caráter sigiloso das licitações, na fase de lances, **o pregoeiro não atenderá ao telefone para responder questões inerentes ao presente processo licitatório.**

## **SEÇÃO IX – DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

**9.1.** Somente os(as) licitantes que apresentarem proposta de preços em consonância com o que dispõe o Edital poderão apresentar lances para o(s) item(s) ou lote(s) cotado(s), exclusivamente, por meio do Sistema Eletrônico, sendo, imediatamente, informado(a) do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**9.1.1.** Os lances serão ofertados pelo **VALOR UNITÁRIO DO ITEM.**

**9.1.2.** No julgamento por “menor preço”, serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$) com, no máximo, 02 (duas) casas decimais.

**9.2.** A abertura e fechamento da fase de lances “via internet”, será feita pelo pregoeiro.

**9.3.** Os(As) licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação.





**9.4.** O(A) licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ou desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema - **LANCE INTERMEDIÁRIO**.

**9.5.** O(A) licitante somente poderá oferecer lances de valor inferior ou desconto superior ao último lance do concorrente que tenha sido, anteriormente, registrado pelo sistema - **LANCE INTERMEDIÁRIO**.

**9.6.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser igual a **R\$2,00 (dois reais)**.

**9.7.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor ou percentual de desconto, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.8.** Durante o transcurso da sessão pública, os(as) participantes serão informados(as), em tempo real, dos lances registrados. O sistema **não identificará** o(a) autor(a) dos lances aos(às) demais participantes.

**9.9.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os(as) licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**9.9.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública de lances.

**9.9.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, ocorrerá sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**9.9.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública de lances encerrar-se-á automaticamente.

**9.9.4.** Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

**9.10.** Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com valores com, no máximo, 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e o(a) licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no *chat*, por meio de mensagens, para atualização do referido lance e/ou, realizar a atualização dos valores, arredondando-os PARA MENOS, automaticamente, caso o(a) licitante permaneça inerte.

**9.11.** **Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei N.º 14.133/2021 e neste Edital.**

**9.12.** As empresas que, porventura, errarem na digitação dos seus lances, poderão solicitar, pelo *chat*, o cancelamento do lance para o pregoeiro. Contudo, caso o pregoeiro detecte que o lance ofertado apresenta indícios de erro de digitação, poderá excluí-lo, sem a manifestação da empresa, visando manter a regularidade do certame.

**9.13.** A regra disposta no item acima será aplicada somente nos casos de erro de digitação. Caso o(a) licitante solicite o cancelamento do seu lance e, **não for caracterizado erro de digitação**, mediante a observação da regularidade dos lances apresentados, **o pregoeiro estará desobrigado** de cancelar o lance, devendo o(a) licitante arcar com o custo de acordo com o lance ofertado.

**9.14.** No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos(às) licitantes para a recepção dos lances.

**9.14.1.** O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.14.2.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e será reiniciada somente após comunicação expressa aos(às) participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação, no site <[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)>.

**9.15.** Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o pregoeiro poderá alertar o(à)(s) proponente(s) sobre o valor orçado para o respectivo item/lote e, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo(a) proponente.

**9.16.** A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item/lote.

**9.17.** Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus recorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, até a promulgação do(a) vencedor(a).

**9.18.** A desistência em apresentar lances implicará na exclusão do(a) licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.



**SEÇÃO X – DA NEGOCIAÇÃO**

**10.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do(a) primeiro(a) colocado(a) permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro negociará condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**10.1.1.** A negociação poderá ser feita com os(as) demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o(a) primeiro(a) colocado(a), mesmo após a negociação, for desclassificado(a) em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (artigo 59, inciso III da Lei N.º 14.133/2021).

**10.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos(as) demais licitantes.

**10.3.** O resultado da negociação será divulgado a(à) todos(as) os(as) licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**10.4.** O(A) licitante vencedor(a) anexará na plataforma a proposta readequada ao último lance ofertado, após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e/ou já apresentados.

**10.4.1. Excepcionalmente**, caso não seja possível anexar a proposta ou documentos na plataforma, no caso de indisponibilidade do sistema, o pregoeiro poderá permitir o envio dos mesmos ao e-mail <licitacao@mirassoldoeste.mt.gov.br>, sendo o envio/recebimento confirmado no *chat*.

**SEÇÃO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA APÓS A FASE DE LANCES**

**11.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no Edital e seus anexos, atentando-se ainda para propostas manifestamente inexequíveis.

**11.2.** Nos casos em que o pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, permite-se proceder as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta.

**11.3.** Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último.

**11.4.** Quando for o caso, havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o pregoeiro procederá a correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando, em consequência, o valor da proposta.

**11.5.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Contiverem vícios insanáveis;
- b) Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;
- c) Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública;
- e) Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e seus anexos, desde que insanável.

**11.6.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública.

**11.7.** Nos termos do artigo 59, inciso IV da Lei N.º 14.133/2021, o pregoeiro convocará o(a) licitante que ofertar proposta, manifestamente, inexequível para comprovação da exequibilidade e possibilidade de cumprimento do contrato, sendo as planilhas e documentos apresentados avaliados pela Administração Pública.

**11.8.** A critério do pregoeiro, será aceita a proposta aparentemente inexequível caso o(a) licitante firme declaração expressa de que sustentará o lance/valor ofertado, anexando o documento através de funcionalidade disponível no sistema (HABILITANET ou DOCS. LEGAIS) no prazo estipulado pelo pregoeiro, que registrará o ocorrido na ata da sessão.

**11.8.1. Neste caso, o(a)(s) licitante(s) fica(m) ciente(s) de que não será deferido pela Administração pedido de revisão de ata ou de reequilíbrio de contrato antes de efetuadas no mínimo 03 (três) entregas do objeto/serviço licitado.**

**11.09.** Caso necessário, o pregoeiro poderá convocar o(a) licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema (HABILITANET), no prazo mínimo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

**11.09.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do(a) licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente, aceita pelo pregoeiro.

**11.09.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado na proposta, tais como modelo, tipo, fabricante e procedência, além de



outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou outros que o pregoeiro achar necessário, encaminhados por meio eletrônico ou, se for o caso, por outro meio nos prazos indicados pelo pregoeiro, sendo que o não atendimento pode resultar na não aceitação da proposta.

**11.10.** Havendo e conforme necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**11.11.** Se a proposta de preços não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital.

**11.12.** Atendidas as especificações do Edital e tendo sido aceita a proposta, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s), passando à fase de habilitação.

**11.13.** A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão eletrônico constarão em ata, divulgada no sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

## SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO

**12.1.** Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro concederá o **prazo de 02 (duas) horas para que o(a)s licitante(s) mais bem classificados(as) anexem os documentos de habilitação** exigidos nesta seção (Lei N.º 14.133/2021, artigo 63, inciso II).

**12.1.1.** Os documentos de habilitação deverão ser anexados no prazo estabelecido pelo pregoeiro, sob pena de inabilitação/desclassificação.

**12.2.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do(a) fornecedor(a) detentor(a) da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça <[www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)>.

b) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:26129291011010::NO:3,4,6::>>;

**12.2.1.** Para a consulta de fornecedores(as) de pessoa jurídica **poderá** haver a substituição das consultas das alíneas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU <<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>>.

**12.2.2.** A consulta aos cadastros prevista nos itens a e b será realizada em nome da empresa fornecedora **e também de seu(ua) sócio(a) majoritário(a)**, por força do artigo 12 da Lei N.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao(à) responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio(a) majoritário(a).

**12.2.3.** Caso conste na consulta de situação do(a) fornecedor(a) a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) agente diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**12.2.4.** A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**12.2.5.** O(A) fornecedor(a) será convocado(a) para manifestação previamente à sua desclassificação.

**12.2.6.** Constatada a existência de sanção, o(a) fornecedor(a) será reputado inabilitado(a), por falta de condição de participação.

**12.2.7.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar N.º 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

## 12.3. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

**12.3.1.** Registro comercial, no caso de empresa individual ou requerimento de empresário(a) no caso de MEI, indicando ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

**12.3.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores em exercício.

**12.3.3.** Inscrição do ato constitutivo e alterações no registro civil das pessoas jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

**12.3.4.** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no



país e, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**12.3.5.** Cópia de cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação com foto dos(as) sócios(as), diretores(as) ou do(a) proprietário(a) da empresa.

#### **12.4. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:**

**12.4.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

**12.4.2.** Prova de regularidade com a Fazenda Nacional e com a seguridade social (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB N.º 1.751/2014).

**12.4.3.** Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, caso haja, relativo ao domicílio ou sede do(a) licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

**12.4.4.** Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual da Secretaria de Estado de Fazenda do respectivo domicílio tributário.

**12.4.5.** Prova de regularidade com a Fazenda Municipal através da certidão negativa de débitos municipais.

**12.4.6.** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), emitido pela Caixa Econômica Federal.

**12.4.7.** Prova de regularidade de débitos trabalhistas, disponível nos portais na internet: <[www.tst.gov.br/certidao](http://www.tst.gov.br/certidao)> <[www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao)>.

#### **12.5. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

**12.5.1.** Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante (art. 69, inciso II, Lei N.º 14.133/2021);

**12.5.2.** Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis nos prazos da Receita Federal Brasileira e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS (IGP) - DISPONIBILIDADE INTERNA (DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) ou de outro indicador que o venha substituir.

**12.5.2.1.** No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos, a apresentação do balanço patrimonial limitar-se-ão ao último exercício social.

**12.5.2.2.** As Normas Brasileiras de Contabilidade não estabelecem ou dão qualquer indicação da data limite para que a empresa tenha suas Demonstrações Contábeis concluídas e devidamente transcritas no Livro Diário. Desta forma, conforme Lei N.º 6.404/76 (artigo 132), Código Civil Brasileiro (artigo 1.078), Processo N.º 18.737-2/2018 do TCE/MT e Acórdão N.º 1999/2014 - Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), para todas as empresas, independente de seu regime, elenca-se abaixo os exercícios sociais para fins de análise deste processo licitatório, que serão considerados aceitos se assim apresentados:

**a)** Até o 30º (trigésimo) dia do mês de Abril (30/04) – Exercício Social: 2022 e 2023.

**b)** A partir do 1º (primeiro) dia do mês de Maio (01/05) – Exercício Social: 2023 e 2024.

**12.5.2.3.** Deve constar no balanço, no caso da microempresa (ME), em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);

**12.5.2.4.** Deve constar no balanço, no caso de empresa de pequeno porte (EPP), em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

**12.5.3.** Deverá ser enviado Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado de Exercício (DRE):

**a)** Para as empresas que enviarem por Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) – Escrituração Contábil Digital (ECD) deverá apresentar anexo ao Balanço e DRE o Recibo de Entrega de Escrituração Contábil Digital que comprova a assinatura do contador e representante da empresa.

**b)** Para empresas que enviarem o Balanço e DRE autenticado na Junta Comercial deverá apresentar anexo o Termo de Autenticação – Livro Digital que comprova a assinatura do contador e representante da empresa.

**12.5.4.** Para o presente processo será aceito Balanço Patrimonial e DRE enviados através de SPED – ECD, considerando o mesmo prazo dos exercícios sociais descrito no item 12.6.2 de apresentação, sob pena de





inabilitação.

**12.5.5.** A Sociedade criada no exercício em curso deverá apresentar o Balanço de Abertura e Declaração do contador da empresa (com firma reconhecida/assinatura digital), informando a previsão do faturamento anual.

**12.5.6. O BALANÇO PATRIMONIAL, AS DEMONSTRAÇÕES E O BALANÇO DE ABERTURA DEVERÃO ESTAR ASSINADOS PELOS ADMINISTRADORES DAS EMPRESAS CONSTANTES DO ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL E POR CONTADOR LEGALMENTE HABILITADO.**

**12.5.7.** A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações dos balanços apresentados pela empresa, já exigíveis na forma da lei, sendo admitido para qualificação apenas resultado igual ou maior que 1,0 (um):

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

a) As empresas que apresentarem resultado inferior a 01 (um) em qualquer dos índices LG, SG e LC, deverão comprovar patrimônio líquido não inferior a 10% (dez) por cento do valor estimado para sua contratação, a não comprovação inabilitará a licitante.

b) Junto com o balanço patrimonial, nos termos do art. 69, §1º da Lei N.º 14.133/2021, deverá a empresa apresentar o demonstrativo de cálculo dos índices acima, dos balanços patrimoniais apresentados, devidamente assinados pelo profissional contábil responsável pela empresa. Podendo, em sede de diligência, ser realizado pela Administração para auferir saúde financeira da empresa, em caso de não aptidão, será a empresa inabilitada.

**12.5.8.** Os indicadores de liquidez servem para averiguar a capacidade monetária da empresa, em cumprir com suas obrigações, compreendendo desta forma, uma importante ferramenta a fim de se observar a saúde financeira de uma empresa. Assim, a exigência dos respectivos índices visa comprovar a saúde financeira do licitante para assumir os compromissos advindos da contratação deste procedimento, evitando dissabores ao logo da contratação. Portanto, perfeitamente justificado e razoável a utilização dos índices.

## 12.6. DECLARAÇÕES:

12.6.1. Declaração Única, preenchida no momento de cadastro da proposta.

**12.7.** Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos(as) licitantes, **EXCLUSIVAMENTE**, por meio de funcionalidade presente no sistema (*upload*), anexando-os ao **HABILITANET** no sistema eletrônico.

**12.7.1.** Somente mediante autorização do pregoeiro e, em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail <[licitacao@mirassoldoeste.mt.gov.br](mailto:licitacao@mirassoldoeste.mt.gov.br)>.

**12.7.2.** Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**12.7.3.** Se o(a) licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o(a) licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, com exceção daqueles documentos que, pela própria natureza, **comprovemente**, forem emitidos somente em nome da matriz.

**12.7.4.** A declaração do(a) vencedor(a) acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**12.7.5.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o(a) licitante





qualificado(a) como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado(a) vencedor(a), uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

**12.7.6.** A certidão de regularidade fiscal/trabalhista emitida por meio eletrônico não apresentada ou apresentada com prazo de validade expirado por **quaisquer licitantes** ensejará verificação pelo pregoeiro e/ou equipe de apoio, no site oficial do respectivo órgão e, se comprovada a regularidade, será juntado aos autos a respectiva certidão.

**12.7.7.** Para licitante(s) enquadrado(a)(s) como ME/EPP/MEI, caso a diligência seja infrutífera, persistindo a irregularidade junto ao Fisco, o pregoeiro concederá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a declaração de vencedor(a), para apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa pelo(a) referido(a) licitante.

**12.7.7.1.** O prazo **poderá ser prorrogado** por igual período, a critério da Administração Pública, quando requerido pelo(a) licitante, mediante apresentação de **justificativa**.

**12.7.7.2.** A não regularização no prazo previsto no item 12.7.4. acarretará a inabilitação do(a) licitante, sendo facultada a convocação dos(as) licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa e/ou empresa de pequeno porte com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**12.7.8.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**12.7.9.** Será inabilitado(a) o(a) licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**12.7.10.** Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no Edital e seus anexos.

**12.7.11.** As atividades previstas no Contrato Social dos(as) licitantes devem ser compatíveis com o objeto da licitação.

**12.7.12.** Poderá o pregoeiro declarar erro formal, desde que não implique desobediência à legislação e for evidente a vantagem para a Administração Pública, devendo também, se necessário, promover diligências para dirimir dúvida(s), em nome do princípio do formalismo moderado.

**12.7.13.** Não constituirá causa de inabilitação ou desclassificação, a irregularidade formal que não afete o conteúdo ou a idoneidade do documento.

**12.7.14.** Constatado, através de diligências, o não atendimento ao estabelecido, o pregoeiro considerará o(a) proponente inabilitado(a) e prosseguirá a sessão.

**12.7.15.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o(a) licitante será declarado(a) vencedor(a).

**12.7.16.** Todos os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.

### SEÇÃO XIII – DOS RECURSOS

**13.1.** A intenção de interpor recurso referente ao julgamento das propostas, bem como, à habilitação ou inabilitação de licitantes, deverá ser manifestada de forma imediata, em campo próprio do sistema eletrônico.

**13.1.1.** O pregoeiro assegurará, a seu critério, tempo mínimo de **10 (dez) minutos** para manifestação de intenção de interposição de recurso.

**13.1.2.** A intenção de recurso deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

**13.1.3.** A manifestação de interposição do recurso, somente será possível por meio eletrônico, em campo próprio no sistema.

**13.1.4.** Na manifestação da intenção de recorrer, o pregoeiro não adentrará no mérito recursal, apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**13.2.** Uma vez admitido o recurso, o(a) recorrente terá, a partir de então, o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os(as) demais licitantes, desde logo, intimados(as) para, caso queiram, apresentarem contrarrazões, também pelo sistema eletrônico, **em igual prazo**, que começará a contar do término do prazo do(a) recorrente, sendo-lhes assegurado(a) vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.2.1.** Deve o(a) licitante atentar-se aos prazos registrados no sistema.

**13.2.2.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**13.3.** Será assegurado ao(à) licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, nos termos do §5º do artigo 165 da Lei N.º 14.133/2021.



**13.4.** O recurso de que trata a cláusula 13.2 será dirigido ao pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.4.1.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

**13.5.** Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar com o Município de Mirassol d'Oeste caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**13.5.1.** No caso do *caput* deste item, o recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o encaminhará com sua motivação à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.6.** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação e, decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**13.7.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**13.8.** As decisões do pregoeiro e da autoridade competente serão informadas em campo próprio do sistema eletrônico, estando todos(as) os(as) licitantes obrigados(as) a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.

**13.9.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação para determinar a contratação.

#### SEÇÃO XIV – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

**14.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o(a) licitante declarado(a) vencedor(a) não assinar a ata/contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, §1º da Lei Complementar N.º 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**14.2.** Todos(as) os(as) licitantes remanescentes deverão ser convocados(as) para acompanhar a sessão reaberta.

**14.3.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico, *chat* e/ou *e-mail*, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**14.3.1.** A convocação feita por *e-mail* dar-se-á de acordo com os dados contidos na plataforma LICITANET, sendo responsabilidade do(a) licitante manter seus dados cadastrais e *e-mail* atualizados.

#### SEÇÃO XV – DAS REGRAS APLICÁVEIS AO REGISTRO DE PREÇOS

**15.1.** Serão aplicadas as seguintes regras, no caso de pregão no sistema de registro de preços:

a) **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA PARA FORNECIMENTO:**

a.1) Após o encerramento da etapa competitiva, o pregoeiro convocará os(as) licitantes para, no prazo de **02 (duas) horas**, comporem o cadastro de reserva, reduzindo seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado;

a.2) A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao(à) licitante melhor classificado(a);

a.3) Havendo um(a) ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao(à) do(a) licitante vencedor(a), estes serão classificados(as) segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva (lance);

a.4) Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame não assine a Ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas no artigo 29 do Decreto nº 11.462/2023.

b) **DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

b.1) Após a adjudicação do pregão, o pregoeiro convocará o(a)(s) licitante(s), por meio de AVISO no sistema eletrônico, para assinar digitalmente a Ata de Registro de Preços (ARP), fixando o prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** para sua assinatura;

b.2) O prazo acima estabelecido poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando



solicitado pelo(a)(s) licitante(s) vencedor(a)(s), durante o seu transcurso e, desde que devidamente aceito pelo pregoeiro;

**b.3)** Ultrapassado o prazo de convocação, não tendo a(s) adjudicatária(s) assinado a ARP, opera-se a decadência do direito à assinatura, sem prejuízo das sanções previstas na Lei N.º 14.133/2021;

**b.4)** Neste caso, dando continuidade aos procedimentos, o pregoeiro convocará o(a)(s) licitante(s) remanescente(s) do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para firmar a ARP em igual prazo e nas condições propostas pelo(a) primeiro(a) classificado(a);

**b.5)** A ARP deverá ser assinada pelo(a) representante legal da adjudicatária e terá sua **vigência por 12 (doze) meses** a partir da sua adjudicação, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

**b.6)** Serão formalizadas tantas ARPs quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do(a) licitante vencedor(a), a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados, marcas ofertadas e demais condições;

**b.7)** O fornecimento dos materiais/serviços se dará através do envio de Pedido(s) de Empenho(s) pela(s) secretaria(s) demandante(s) por meio digital, conforme *e-mail* fornecido pelo(a)(s) licitante(s), sendo de sua responsabilidade manter os dados cadastrais atualizados junto à plataforma;

**b.8)** O prazo e condições de entrega dos produtos/execução dos serviços são os previstos no Termo de Referência, anexo ao presente Edital.

**c) DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**c.1)** Nos termos da Lei N.º 14.133/2021, artigo 86, § 3º, fica permitido a adesão de órgãos ou entidades não participantes nas Atas de Registro de Preços gerenciadas pelo Município de Mirassol d'Oeste.

**d) DOS ACRÉSCIMOS:**

**d.1)** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei N.º 14.133/2021;

**d.2)** A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços obedecerá ao disposto no Capítulo V da Lei N.º 14.133/2021;

**d.3)** Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 104 da Lei N.º 14.133/2021;

**d.4)** O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da Ata de Registro de Preço;

**d.5)** A alteração na Ata de Registro de Preços é independente da alteração dos contratos, que seguem rito em separado.

**e) DO CONTROLE DE PREÇOS:**

**e.1)** O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos(as) fornecedores(as);

**e.2)** Quando o preço praticado no mercado se tornar inferior ao preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador deverá convocar os(as) fornecedores(as) ou prestadores(as) de serviços, visando a negociação para redução do preço e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**e.3)** Frustrada a negociação, o(a) fornecedor(a) ou prestador(a) de serviços será liberado(a) do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, e serão convocados(as) os(as) demais fornecedores(as), visando igual oportunidade de negociação;

**e.4)** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços;

**e.5)** Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, será efetuada negociação entre o órgão gerenciador e o(a)(s) fornecedor(es)(as), podendo ser aditada a Ata para restabelecer o preço de mercado;

**e.6)** Caso o(a) fornecedor(a) não puder cumprir com o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**e.6.1.** Liberar o(a) fornecedor(a) do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade, caso confirmada a veracidade do(s) motivo(s) e comprovante(s) apresentado(s);

**e.6.2.** Convocar os(as) demais fornecedores(as) para assegurar igual oportunidade de negociação;





**e.6.3.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**f) DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:**

**f.1)** O(A) fornecedor(a) ou prestador(a) de serviços terá seu registro cancelado quando:

**f.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**f.1.2.** Não retirar a respectiva nota/pedido de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido sem justificativa aceitável ou não assinar a Ata no prazo estipulado pela Administração Pública;

**f.1.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado e após 60 (sessenta) dias da proposta apresentada;

**f.1.4.** Não houver êxito nas negociações no caso do preço registrado se tornar superior ao de mercado;

**f.1.5.** Recusar-se a entregar, no prazo estabelecido, os produtos decorrentes da Ata de Registro de Preços;

**f.1.6.** Sofrer sanção(ões) prevista(s) nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei N.º 14.133/21;

**f.1.7.** Estiverem presentes razões de interesse público, devidamente justificado pela Administração Pública, sem que gere motivos de indenização ao(à) fornecedor(a).

**f.2)** O cancelamento de registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurará o contraditório e a ampla defesa, formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador;

**f.3)** O(A) fornecedor(a) ou prestador(a) de serviços poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

**15.2.** O Município poderá adquirir a quantidade total de itens estimada para a presente licitação.

**15.3.** Não serão estipuladas quantidades mínimas a serem cotadas, devendo os(as) licitantes ofertar proposta para o quantitativo total de itens ou grupo(s) de itens.

**15.4.** Fica vedada a possibilidade de o(a) licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, obrigando-se ao fornecimento da quantidade estimada para o período de vigência da Ata, que será solicitada de forma parcelada, de acordo com a necessidade da(s) Secretaria(s) demandante(s).

**SEÇÃO XVI – DAS REGRAS APLICÁVEIS AO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**16.1.** Serão aplicadas as seguintes regras, no caso de celebração de contrato administrativo:

**a) DA CONVOCAÇÃO DA(S) ADJUDICATÁRIA(S):**

**a.1)** A adjudicatária será convocada para comparecer junto à Seção de Contratos e Atas da Coordenadoria de Compras e Licitações, na Prefeitura do Município de Mirassol d'Oeste, para assinatura pelo(a) proprietário(a) ou representante legal no prazo de até **03 (três) dias úteis**, a contar da convocação formal que poderá ocorrer por *e-mail*, telefone ou outros meios de comunicação disponíveis;

**a.2)** O contrato poderá ser encaminhado por *e-mail* pela Seção de Contratos e Atas para assinatura digital pelo(a) proprietário(a) ou representante legal indicado(a) pela mesma;

**a.2.1.** Neste caso, a adjudicatária deverá devolver o contrato assinado digitalmente ao *e-mail* <licitacao@mirassoldoeste.mt.gov.br> no prazo estipulado, sob pena de decair do direito à contratação nos termos do item a.5 abaixo.

**a.3)** Depois de colhidas as assinaturas das partes, será encaminhada uma via no formato digital à contratada;

**a.5)** No caso da adjudicatária, se convocada, não assinar o contrato, vindo a decair do direito a execução do objeto da licitação, a Administração Pública poderá revogá-la ou convocar os(as) licitantes remanescentes, na ordem em que foram classificados(as), para contratar em igual prazo;

**a.6)** Ocorrendo a convocação para assinatura, o prazo acima estipulado terá início no dia subsequente ao da convocação, seja por *e-mail*, telefone ou qualquer outro meio de comunicação com a adjudicatária;

**a.7)** Além das situações previstas acima, o(s) contrato(s) pode(rão) ser cancelado(s), facultada a defesa prévia do(a) interessado(a), nos seguintes casos:

**a.7.1.** Pela Administração Pública, quando houver razões de interesse público, devidamente fundamentada;

**a.7.2.** Pelo(a) fornecedor(a), quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado(a) de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

**a.8)** A comunicação do cancelamento ou da suspensão do contrato, nos casos previstos nos itens acima, será feita via *e-mail* e publicação no site do Diário Oficial dos Municípios.



**b) DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO DO(S) CONTRATO(S):**

**b.1)** O prazo de vigência do(s) contrato(s), quando firmado(s), será o definido no Termo de Referência anexo ao Edital, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual.

**c) DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO(S) CONTRATO(S):**

**c.1)** É responsabilidade do(a) gestor(a) de contratos ou ordenador(a) de despesas da(s) Secretaria(s) Demandante(s) indicar o(a) fiscal de contrato, que é agente essencial no acompanhamento da execução da prestação dos serviços ou aquisição de material, cabendo-lhe garantir o cumprimento de cada etapa e cláusulas contratuais, realizando registros e determinando em tempo hábil a correção de falhas que possam impactar no resultado pretendido pela Administração Pública.

**c.2)** O(A) fiscal deverá atender aos seguintes requisitos:

**c.2.1.** Ser, preferencialmente, servidor(a) de cargo de provimento efetivo e que possua conhecimento sobre o objeto do contrato a fiscalizar;

**c.2.2.** Tenha atribuições de seu cargo relacionadas ao objeto do contrato ou possua formação técnica ou acadêmica compatível com a complexidade do contrato, comprovado na sua pasta funcional;

**c.2.3.** Não seja cônjuge ou companheiro do(a) contratado(a) nem tenha com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil;

**c.2.4.** Tenha recebido capacitação específica para o exercício da fiscalização de contrato ou demonstre conhecimento e experiência na execução de contrato;

**c.2.5.** Não tenha sofrido nenhuma pena ou sanção(ões) disciplinar(es) ou administrativa nos últimos três exercícios.

**c.3)** A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação a qualidade dos materiais/serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições à elas relativas.

**c.4)** Na fiscalização do(s) contrato(s) será permitida a assistência de terceiros indicados pela(s) Secretaria(s) Demandante(s).

**SEÇÃO XVII – DO PAGAMENTO**

**17.1.** O pagamento será efetuado de acordo com o que dispõe o Termo de Referência do presente Edital, mediante o atesto da Nota Fiscal pela(s) Secretaria(s) Solicitante(s).

**17.2.** Para recebimento, deverão ser apresentadas as seguintes certidões de regularidade fiscal:

**a)** Certidão Conjunta Negativa de Débitos referente à União e contribuições previdenciárias;

**b)** Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

**c)** Certidões Negativas de Débitos junto à Fazenda Estadual do domicílio sede do(a) licitante vencedor(a);

**d)** Certidões Negativas de Débito Trabalhista – TST;

**17.3.** Nos termos do Decreto N.º 4.525/2023 da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, “os órgãos da administração direta, as autarquias e as fundações, ao efetuarem pagamento à pessoa física ou jurídica, referente a qualquer serviço ou mercadoria contratado e prestado, deverão proceder à retenção do imposto de renda (IR)”.

**17.4.** No caso de prestação de serviços com fornecimento de materiais, as Notas Fiscais emitidas pela Contratada deverão discriminar em seu corpo o preço dos materiais e dos serviços, separadamente.

**17.5.** Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais/faturas, estas serão devolvidas para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das Notas Fiscais/faturas.

**17.6.** A Administração Pública não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

**17.7.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do(a) detentor(a) da Ata.

**17.8.** Nenhum pagamento isentará o(a) detentor(a) da Ata das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos recebidos, caso seja constatado que apresentaram alguma desconformidade.

**SEÇÃO XVIII – DA EXECUÇÃO DO OBJETO**



**18.1. As condições de cumprimento do objeto estão expressas no Termo de Referência anexo ao Edital, devendo os(as) licitantes se atentar para o mesmo, não podendo alegar desconhecimento em conformidade com a cláusula 21.13 do presente Edital.**

### **SEÇÃO XIX – DAS SANÇÕES/PENALIDADES**

**19.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei N.º 14.133/2021 o(a) licitante/adjudicatário(a) que:

- a) Der causa à inexecução parcial do(s) contrato(s);
- b) Der causa à inexecução parcial do(s) contrato(s) que cause grave(s) dano(s) à Administração Pública, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do(s) contrato(s);
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o(s) contrato(s) ou não entregar a(s) documentação(ões) exigida(s) para a contratação, quando convocado(a) dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração(ões) ou documentação(ões) falsa(s) exigida(s) para o certame ou prestar declaração(ões) falsa(s) durante a licitação ou a execução do(s) contrato(s);
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato(s) fraudulento(s) na execução do(s) contrato(s);
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei N.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**19.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os(as) licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

**19.3.** O(A) licitante/adjudicatário(a) que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito(a), sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato/Ata;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município, pelo prazo máximo de 03 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**19.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**19.5.** O atraso injustificado na entrega do material/execução do serviço sujeitará o fornecedor(a), a juízo da Administração Pública, a multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento).

**19.5.1.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Edital.

**19.5.2.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que o(a) fornecedor(a) possuir com o Município e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

**19.5.3.** Se o(a) contratado(a) não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação por parte do Município, o respectivo valor será descontado dos créditos que o(a) contratado(a) possuir com o Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Geral do Município;

**19.6.** A aplicação das sanções previstas nesta Seção não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do(s) dano(s) causado(s) à Administração Pública.



**19.7.** Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do(a) interessado(a) no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**19.8.** A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar, bem como, a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores(as) estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o(a) licitante ou o(a) contratado(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir, procedendo-se de acordo com as disposições contidas no artigo 158 da Lei N.º 14.133/2021.

**19.9.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei N.º 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial e, **nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos(as) seus(uas) administradores(as) e sócios(as) com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**19.10.** O Município deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas para fins de inclusão nos cadastros instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, nos termos do artigo 161 da Lei N.º 14.133/2021.

## SEÇÃO XX – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

**20.1.** Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por forma eletrônica, pelo site <[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)>.

**20.2.** Caberá ao pregoeiro decidir sobre os pedidos de esclarecimento e impugnações no prazo de **até 03 (três) dias úteis**, limitados ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

**20.3.** Acolhida a impugnação, no caso de necessárias alterações, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**20.4.** Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.

**20.5.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações prestadas pelo pregoeiro serão disponibilizadas através da plataforma LICITANET, permanecendo entranhadas nos autos do processo licitatório, disponíveis para consulta por qualquer(aisquer) interessado(a)(s).

## SEÇÃO XXI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**21.1.** Da sessão pública do pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

**21.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

**21.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – Distrito Federal.

**21.4.** O(A) licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, devendo acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, observando as mensagens emitidas pelo sistema e/ou pelo pregoeiro.

**21.5.** No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não altere(m) a substância da(s) proposta(s), do(s) documento(s) e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a(à) todos(as), atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**21.6.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**21.7.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os(as) interessados(as), desde que não comprometam o interesse e necessidade da Administração Pública, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**21.8.** Os(As) licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração Pública não será, em nenhum caso, responsável por estes, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**21.9.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando e vencendo os prazos em dias de expediente na Administração Pública.

**21.10.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do(a) licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**21.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**21.12.** O Edital será disponibilizado na plataforma LICITANET, acessada em <[www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)>; No site oficial do município, acessado em <[www.mirassoldoeste.mt.gov.br](http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br)>, no seguinte caminho: **Portal Transparência > Licitações > Licitações em andamento.**

**21.13.** A participação no certame implicará ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais **o(a) participante não poderá alegar desconhecimento.**

**21.14.** Caberá ao(à) licitante acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

## SEÇÃO XXII – DOS ANEXOS AO EDITAL

**22.1.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

<b>ANEXO I</b> – Modelo de Proposta de Preços;
<b>ANEXO II</b> – Minuta de Ata de Registro de Preços;
<b>ANEXO III</b> – Minuta de Contrato Administrativo;
<b>ANEXO IV</b> – Termo de Referência;
<b>ANEXO V</b> – Lista de Produtos com preço médio.

## SEÇÃO XXIII – DO FORO

**23.1.** As questões decorrentes do presente Edital que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Mirassol d'Oeste/MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo, nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Mirassol d' Oeste/MT, 09 de setembro de 2025

(Edital elaborado pela servidora Gabrielly Dias Nogueira)

(Termo de Referência elaborado pela Secretária de Administração e Planejamento)





## ANEXO I

(MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS- SUGESTÃO)

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO

Nome de Fantasia: \_\_\_\_\_

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ OPTANTE PELO SIMPLES? SIM ( ) NÃO ( )

Enquadrado conforme Lei Complementar N.º 123/2006: ( ) MEI ( ) ME ( ) EPP

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Município: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Fone: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Conta Corrente N.º \_\_\_\_\_ Agência N.º \_\_\_\_\_ Banco: \_\_\_\_\_

Nome completo do responsável legal da empresa: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_ Celular: (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

## IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS DOS QUAIS FOI VENCEDOR(A):

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Unit	Total
xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx

O prazo de validade da proposta é de **90 (noventa)** dias a partir da data de sua abertura.

Declaramos que estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transporte e acondicionamento dos produtos em embalagens adequadas, quando for o caso.

DECLARAMOS ainda, **nos termos da Lei N.º 14.133/21, artigo 63, § 1º** que a presente proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

*(A presente declaração deverá constar da proposta anexada com os documentos de habilitação)*

Local e data

\_\_\_\_\_  
Carimbo da empresa/Assinatura do responsável



## ANEXO II



MUNICÍPIO DE MIRASSOL D' OESTE/MT  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º \_\_\_\_/2025  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_/2025  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º \_\_\_\_/2025



No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025, no MUNICÍPIO DE MIRASSOL D' OESTE/MT, inscrito no CNPJ 03.755.477/0001-75, com sede à Rua Antonio Tavares n. 3310, CEP 78.280-000– Mirassol d' Oeste-MT neste ato legalmente representado por HECTOR ALVARES BEZERRA, portador do CPF n° 036127931XX, RESOLVE registrar preços para eventual aquisição em face da apresentação da(s) proposta(s) da(s) empresa(s) abaixo qualificada(s):

Fornecedor:  
Representante:  
Telefone:  
Email:  
Endereço:

Item	Descrição	Qtde	Unidade	Marca	Modelo	PreçoUnitário	ValorTotal
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							

As especificações técnicas constantes do processo em epígrafe, assim como todas as obrigações e condições descritas na minuta da Ata de Registro de Preços e na Proposta de Preços integrante nesta ARP, independentemente de transcrição.

A validade desta Ata de Registro de Preços é até \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026, a contar do dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025.

A presente Ata de Registro de Preços, após lida e achada conforme, é assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE MIRASSOL D' OESTE/MT  
03.755.477/0001-75

\_\_\_\_\_  
(FORNECEDOR)  
CNPJ



## ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º \_\_\_\_/2025  
AQUISIÇÃO DE BENS/SERVIÇOS COMUNSAQUISIÇÃO DE ..... QUE  
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MIRASSOL  
D'OESTE E A **EMPRESA**.....,  
CONFORME CLÁUSULAS E CONDIÇÕES A  
SEGUIR ESTABELECIDAS.

O Município de **MIRASSOL D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n. 03.755.477/0001-75, com sede administrativa na Rua Antonio Tavares, 3310, Centro, na cidade de Mirassol D'Oeste - MT, denominado de **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Prefeito **HECTOR ALVARES BEZERRA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua Jânio Quadros, Nº 09, Bairro Jardim das Oliveiras II em Mirassol d'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade nº 21781XXX SSP-MT e inscrito no CPF sob nº. 036.127.XXX-XX e a empresa ..... inscrita no CNPJ sob nº....., estabelecida na Rua ....., Bairro ....., na cidade de ....., denominada de **CONTRATADA**, representada neste ato por seu (**sócio-proprietário ou representante legal**) ....., portador da Cédula de Identidade nº ..... e inscrito no CPF sob nº ....., resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a entrega ou execução de ....., conforme especificações e quantitativos estabelecidos no **Termo de Referência OU Projetos**, anexo(s) do Edital.

1.2. Este Contrato vincula-se ao **Edital de Pregão Eletrônico** n.º ...../2025 e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Contrato é de **00 (.....) dias OU meses**, com início na data de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e encerramento em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, na forma do art. 105 da Lei n.º 14.133/21, prorrogável conforme art. 107 da mesma lei.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. O presente Contrato regula-se pelas normas previstas na Lei n.º 14.133/21 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos, inclusive quanto aos casos omissos.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor do presente Contrato é de **R\$** ..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



**6.1.** As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria na classificação abaixo:

Ficha: 683 - Recursos Próprios

Unidade: 020902 – COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Funcional: 08.244.0035.2050.0000 – BENEFÍCIOS EVENTUAIS-LEI 1001/2011

Categoria Econômica – 3.3.90.39.80 HOSPEDAGENS.

Valor da Contrapartida: R\$..... (.....)

Ficha: .....- Recursos Convênio

Unidade: ..... – COORDENADORIA .....

Funcional: ..... – .....

Categoria Econômica - .....

Valor do Convênio: R\$..... (.....)

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA**

**7.1.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**7.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a competente ordem bancária.

**7.3.** O pagamento será efetuado no prazo máximo de até **xxx (xxx) dias úteis**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

**7.4.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

**7.5.** No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **XXXX** de correção monetária.

**7.6.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

**7.7.** Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

**7.8.** O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**7.9.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

**7.10.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal,





constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133/2021.

**7.11.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**7.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**7.13.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.14.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**7.15.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**7.16** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**7.17.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.18.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**7.19.** Com fundamento no Decreto n.º 4.525/2023 da Prefeitura Municipal de Mirassol d'Oeste, haverá a retenção do imposto de renda (IR) diretamente na fonte quando do pagamento à contratante do objeto contratado e prestado por ocasião do presente instrumento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – CRITÉRIOS E PERIODICIDADE DA MEDIÇÃO**

**8.1.** O acompanhamento e avaliação dos serviços prestados pela Contratada será realizado a cada 120 (cento e vinte) dias utilizando-se o Instrumento de Medição de Resultado – IMR (Anexo I), o qual se baseará em indicadores e metas definidos neste Contrato.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA EXECUÇÃO, CONCLUSÃO E ENTREGA DO OBJETO**

**9.1.** Os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo do objeto do presente Contrato vinculam-se às especificações contidas no Termo de Referência anexo ao Edital do Pregão Eletrônico **xx/xxxx** e à proposta vencedora.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA– MATRIZ DE RISCO**

**10.1.** A existência de riscos relevantes que possam comprometer a definição da solução mais adequada ou sua futura implementação, caso existentes, constam em matriz específica definida no Estudo Técnico Preliminar constante no processo licitatório **xxxxxxxxxx**, nos termos do Decreto Municipal n.º 4.442/2023, art. 38, § 5º.



## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – REAJUSTE**

**11.1.** O valor inicialmente contratado é fixo e irreajustável no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

**11.2.** Após o intervalo de um ano e desde que haja pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice \*\*\*, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**11.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**11.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**11.5.** Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**11.6.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**11.7.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**11.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**11.9.** O reajuste será realizado por simples apostila, nos termos do artigo 136, II da Lei 14.133/21.

**11.10.** O prazo para resposta ao pedido efetuado pelo Contratado para a repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro será de 15 (quinze) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período desde que haja a justificada necessidade de dilação para análise, de acordo com a complexidade do objeto.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**12.1.** Para garantia de execução plena da obra contratada, o licitante declarado vencedor deverá apresentar à Secretaria Municipal de Fazenda, NA DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, comprovante de recolhimento de caução, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, numa das modalidades previstas abaixo:

a) Caução em Dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. Os títulos a serem utilizados como caução devem estar comprovadamente com seu prazo de vigência válido.

b) Seguro - Garantia;

c) Fiança Bancária.

**12.2.** A caução de garantia da execução do contrato ficará retida durante todo o prazo de execução das obras/serviços e só será devolvida quando da assinatura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO. A caução efetuada em moeda corrente será restituída pelo valor do saldo da conta bancária. Na caução feita em títulos de dívida pública federal a restituição far-se-á mediante devolução dos títulos caucionados, de uma só vez. A caução realizada em fiança bancária será devolvida na forma de praxe.

**12.3.** Na hipótese de vir a ocorrer alteração do valor contratual, por repactuação e/ou aditamento, ou ainda, prorrogação do prazo do contrato, a caução inicialmente prestada, sob a modalidade de Fiança Bancária ou Seguro Garantia, deverá ser complementada periodicamente, sendo aplicado o percentual previsto na cláusula 7.1.

**12.4.** A Ordem de Serviço somente será emitida após a apresentação de uma das modalidades de caução acima previstas, no prazo mencionado, sujeitando-se a licitante vencedora às penalidades previstas nos artigos 155 e



162 da Lei 14.133/21 no caso de descumprimento.

**12.5.** Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de utilizar o valor da Caução prestada para o pagamento de encargos sociais relativos ao INSS, FGTS, horas extraordinárias e qualquer regime de remuneração devida ao pessoal utilizado nas obras/serviços, que porventura não tenham sido feitos pela CONTRATADA na época devida, bem como de se valer da mesma Caução de Garantia para o pagamento a fornecedores de materiais e para correção de defeitos ou imperfeições constatadas pela fiscalização e não atendidas pela CONTRATADA no prazo estabelecido no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA DO OBJETO, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

**13.1.** O prazo de garantia mínima do objeto, as condições de manutenção e assistência técnica, se for o caso, encontram-se previstos no Termo de Referência anexo ao edital do processo licitatório, observados os prazos mínimos estabelecidos na Lei n.º 14.133/2021 e nas normas técnicas aplicáveis.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**14.1.** Executado o Contrato, o seu objeto será recebido:

a) provisoriamente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra/serviço, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico no prazo de até 10 (dez) dias a partir da comunicação da CONTRATADA referente à conclusão da execução do objeto, notificando-a das incorreções encontradas, quando necessário;

b) definitivamente, pelo mesmo servidor, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FISCALIZAÇÃO**

**15.1.** A fiscalização da execução do objeto será efetuada por profissional habilitado, nomeado pela autoridade competente.

**15.2.** O contrato será fiscalizado pelos servidores abaixo, nomeados por Portaria expedida pela Administração.

Atribuição	Servidor	CPF	Matrícula
Fiscal			
Suplente			

**15.3.** Eventuais substituições dos servidores designados para a fiscalização do contrato serão realizadas por apostilamento nos autos, sob requerimento da autoridade competente e publicação da competente Portaria.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**16.1.** São obrigações do CONTRATANTE:

a) Emitir a ordem de fornecimento para início da execução do objeto.

b) Exercer, por intermédio de servidor designado na forma do artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/21, a execução, acompanhamento e fiscalização dos serviços adquiridos, sob todos os seus aspectos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA.

c) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas na Cláusula Quinta do CONTRATO.



**d)** Receber a obra/serviço em caráter provisório, apontando no TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, quando for o caso, os defeitos ou imperfeições passíveis de correção que forem constatados pela fiscalização através do Engenheiro responsável, estabelecendo prazo para sua correção.

**e)** Receber a obra/serviço em caráter definitivo, depois de constatar a correção das imperfeições detectadas, quando for o caso.

**16.2 São obrigações da CONTRATADA:**

**a)** Aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos e as supressões que se fizerem necessários decorrentes de modificações de quantitativos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratual.

**b)** Comunicar ao CONTRATANTE por escrito e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, quaisquer alterações ou acontecimentos que impeçam, mesmo que temporariamente, o cumprimento de seus deveres e responsabilidades relativos à execução do Contrato, total ou parcialmente, por motivos supervenientes.

**c)** Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, inclusive com iluminação.

**d)** Responsabilizar-se diretamente pela indenização, das perdas e danos, e qualquer prejuízo causado ao CONTRATANTE ou terceiros, por ação ou omissão sua, de seus prepostos, na execução dos serviços contratados, obrigando-se a assumir a condição de litisconsorte passiva quando denunciada à lide em ação judicial específica.

**e)** Manter obrigatoriamente durante o prazo de execução do contrato, compatibilidade com as responsabilidades por si assumidas com relação às condições exigidas na licitação.

**f)** Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

**g)** Responsabilizar-se integralmente pela execução da obra nos termos do Código Civil Brasileiro e pelo fiel cumprimento do Contrato, de acordo com as cláusulas avençadas, sendo que a presença da fiscalização do CONTRATANTE não exclui essa responsabilidade.

**h)** Manter a guarda da obra até o seu recebimento definitivo.

**i)** Manter a ordem e a disciplina no local das obras e utilizar, na execução do projeto, pessoal que não terá com o CONTRATANTE qualquer vinculação, os quais deverão ter idoneidade moral e habilitação técnica condizente com os serviços que deverão executar.

**j)** Responder, de maneira absoluta e inescusável, pela perfeição técnica das obras/serviços, inclusive quanto à qualidade, quantidade, acabamento, e processo de aplicação do material a empregar, bem como pela reexecução dos serviços que não forem aceitos pela fiscalização do CONTRATANTE, em decorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, não cabendo, nestes casos, ônus de qualquer espécie para o CONTRATANTE ou dilatação dos prazos de execução.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;





- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**17.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**
  - (1) moratória de 1 % (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - (2) compensatória de 20 % (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**17.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**17.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

**17.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

**17.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

**17.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **XX (XXXX)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**17.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**17.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**17.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

**17.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**17.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**17.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO E TAXA DE CâMBIO**

**18.1.** As condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, se aplicáveis ao presente caso, encontram-se previstas no Termo de Referência anexo ao edital.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – EXTINÇÃO**

**19.1.** O presente termo de contrato poderá ser extinto:

**19.2.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

**19.3.** Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**19.4.** A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

**19.5.** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

**19.6.** O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

**19.7.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**19.8.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**19.9.** Indenizações e multas.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – VEDAÇÕES**



**20.1.** É vedado à CONTRATADA:

- a) Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES**

**21.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

**21.2.** A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**21.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS**

**22.1.** Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133/21 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), normas e princípios gerais dos contratos e legislação municipal aplicável ao caso.

## **23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO**

**23.1.** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

## **24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – FORO**

**24.1.** É eleito o Foro da Comarca de Mirassol d'Oeste para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei n.º 14.133/2021.

**24.2.** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Mirassol d'Oeste, 00 de ..... de 2025.

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE MIRASSOL D' OESTE  
Hector Alvares Bezerra – Prefeito

\_\_\_\_\_  
(NOME DA EMPRESA)  
(Representante)

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
RG:



## ANEXO IV

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. DO OBJETO**

1.1. O presente certame tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos continuados, para **assessoria integral em segurança e medicina do trabalho**, incluindo a elaboração, implantação, revisão e gestão dos programas obrigatórios e demais obrigações legais da Administração Pública Municipal, conforme disposições da legislação trabalhista e previdenciária (NRs, Lei nº 8.213/91, e-Social).

1.2. O serviço inclui, de forma integrada e mensal, as seguintes atividades: Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e GRO (NR-1 e NR-9); Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), com Relatório Anual (NR-7); Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT), Laudos de Insalubridade e Periculosidade, Mapa de Risco; emissão, levantamento e gestão de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP); emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT); consultoria técnica em segurança do trabalho; capacitações presenciais (CIPA, primeiros socorros, EPI); Lançamentos e envios dos eventos ao e-Social e outros necessários via software; emissão de pareceres técnicos; e visitas técnicas periódicas presenciais.

1.3. Será contratada uma única empresa, com equipe multidisciplinar habilitada, composta por engenheiro de segurança do trabalho (registro no CREA) e médico do trabalho (registro no CRM), para atuação conforme atribuições legais específicas. A empresa será responsável pela entrega técnica dos documentos com ARTs ou registros profissionais compatíveis.

1.4. As entregas serão avaliadas mensalmente por fiscal técnico designado, com emissão de atestado para fins de recebimento provisório. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da conformidade e integridade dos serviços prestados.

**1.5. DESCRIÇÃO DOS ITENS**

<b>CÓDIGO TCE</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
324256-0	ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SERVIÇO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	Mês	12

**1.6. Descrição dos serviços:**

1.6.1. A empresa contratada prestará serviços mensais e integrados, abrangendo todas as obrigações legais e operacionais relacionadas à saúde e segurança ocupacional no âmbito da Administração Pública Municipal, incluindo:

- **Elaboração, revisão, atualização e gestão do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO)**, em conformidade com a NR-1, NR-9 e demais normativas vigentes, subdivididos de acordo com as estruturas administrativas (setores), colher o atesto de visita do responsável do ambiente setor;  
**Elaboração, revisão, atualização e gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)**, conforme a NR-7, incluindo a responsabilidade pela emissão do Relatório Anual e pelo acompanhamento das exigências médicas legais, subdivididos de acordo com as estruturas administrativas (setores), colher o atesto de visita do responsável do ambiente setor;
- **Elaboração e gestão do Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho (LTCAT)**, bem como dos **laudos de insalubridade e periculosidade e Mapa de Risco**, em conformidade com a NR-15, nos termos da Lei nº 8.213/91 e demais





normativas vigentes, subdivididos de acordo com as estruturas administrativas (setores), colher o atesto de visita do responsável do ambiente setor;

- **Levantamento, elaboração, controle e manutenção do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)** para todos os servidores ativos e inativos quando solicitados, conforme demanda e legislação aplicável;
- **Gestão integrada do e-Social (eventos SST)**, com **software especializado** e suporte técnico, incluindo consultoria. Disponibilizar e enviar os arquivos com os dados necessários para alimentar o sistema e-Social com as informações relativas à segurança e saúde do trabalhador, assegurando o envio correto e tempestivo dos dados legais aos sistemas governamentais;
- **Consultoria técnica especializada e assistência judicial**, com elaboração de pareceres técnicos e apoio em processos relacionados à saúde e segurança do trabalho;
- **Formação e capacitação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA)**, com realização de treinamentos presenciais e emissão de certificados;
- **Treinamentos obrigatórios em saúde ocupacional**, como **primeiros socorros e uso correto de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)**, com fornecimento de todo o material e estrutura por conta da contratada;
- **Controle, registro e fiscalização da entrega de EPIs**, incluindo orientação quanto à aquisição e reposição, conforme exigências legais;
- **Emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT)**, sempre que identificado acidente ou condição potencial de risco;
- **Acompanhamento técnico das atividades laborais de maior risco**, com a prerrogativa de recomendar a suspensão de atividades em caso de risco grave e iminente;
- **Execução e acompanhamento do cronograma de ações do PGR/PPRA**, com visitas presenciais periódicas e relatórios técnicos;
- **Disponibilização de equipe técnica especializada**, com atendimento presencial in loco e suporte remoto contínuo, via telefone, e-mail ou plataformas digitais.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos continuados em segurança e medicina do trabalho justifica-se pela obrigatoriedade legal de cumprimento das Normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho, da legislação previdenciária (Lei nº 8.213/91) e das exigências do sistema e-Social, que impõem à Administração Pública Municipal a adoção de uma série de medidas sistemáticas voltadas à proteção da saúde e integridade física de seus servidores.

2.2. O objeto contratual contempla a elaboração e gestão de programas e laudos técnicos, controle de riscos ocupacionais, capacitações obrigatórias, envio de informações ao e-Social, emissão de pareceres técnicos, entre outros procedimentos que demandam conhecimento especializado, estrutura tecnológica adequada e constante atualização normativa – elementos dos quais o Município não dispõe de forma interna.

2.3. Em análise técnica prévia realizada por meio do Estudo Técnico Preliminar (ETP), elaborado nos moldes da IN SEGES nº 58/2022, foi identificada a inexistência de estrutura administrativa suficiente para execução direta das atividades, além da inviabilidade econômica de composição de equipe interna com atribuições específicas nas áreas envolvidas.

2.4. Assim, a contratação se fundamenta na busca pela conformidade legal, na prevenção de acidentes e doenças ocupacionais, no fortalecimento das políticas de saúde e segurança do trabalho, e na economicidade administrativa, sendo a terceirização da atividade- meio medida legítima, eficaz e vantajosa ao interesse público.



### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. A solução proposta visa à contratação de empresa especializada para a execução de serviços técnicos continuados em segurança e medicina do trabalho, com o objetivo de garantir a conformidade legal, prevenir acidentes e doenças ocupacionais, proteger os servidores municipais e estruturar de forma permanente e qualificada a gestão da saúde e segurança no trabalho no âmbito da Administração Pública de Mirassol D'Oeste – MT.

3.2. A execução contratual compreende todas as fases do ciclo de vida do objeto, desde o diagnóstico inicial, levantamento de riscos, planejamento das ações e elaboração dos documentos técnicos obrigatórios, até a manutenção, atualização e monitoramento contínuo dos programas, como PGR, GRO, PCMSO, LTCAT, PPP, entre outros. Além disso, abrange a gestão de envios dos eventos relacionados à SST via software especializado com integração ao sistema e-Social, suporte técnico contínuo, emissão de relatórios e pareceres, treinamentos presenciais obrigatórios, e visitas técnicas regulares.

3.3. Essa solução oferece uma abordagem integrada e preventiva, promovendo a padronização dos procedimentos relacionados à saúde e segurança do trabalho em todos os setores do Município, e permitindo maior controle, planejamento e eficiência administrativa. Busca-se ainda reduzir passivos trabalhistas e previdenciários, assegurar ambientes laborais seguros e humanizados, e fomentar uma cultura institucional de prevenção, valorização da vida e bem-estar no serviço público.

3.4. Com foco na modernização da gestão pública, serão priorizadas ferramentas digitais, comunicação integrada, automatização de processos legais e adoção de tecnologias voltadas ao acompanhamento em tempo real das obrigações legais e dos indicadores de desempenho. A contratada deverá atuar com equipe técnica qualificada, com domínio das normativas vigentes, capacidade de resposta rápida e experiência comprovada em administração pública.

3.5. Em observância aos princípios da sustentabilidade e da economia circular, a solução deverá incorporar práticas como: uso preferencial de documentos e comunicações digitais, digitalização de registros e prontuários, emissão eletrônica de relatórios e laudos, otimização no uso de recursos materiais, registro informatizado da entrega de EPIs, reutilização de materiais em treinamentos e ações de conscientização ambiental no ambiente de trabalho.

3.6. A contratação, portanto, não se limita ao cumprimento de obrigações legais, mas representa um investimento estratégico em governança, prevenção, saúde organizacional e eficiência administrativa.

### **4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO**

4.1. Para assegurar o cumprimento das obrigações legais, a qualidade dos serviços prestados e a compatibilidade com a realidade da Administração Pública Municipal, a contratação deverá observar os seguintes requisitos técnicos e operacionais:

- A empresa contratada deverá possuir experiência comprovada em segurança e medicina do trabalho, especialmente em atendimento a órgãos públicos, devendo apresentar atestados de capacidade técnica compatíveis com o objeto;
- Deverá manter equipe técnica multidisciplinar, composta, no mínimo, por:
  - o Engenheiro de Segurança do Trabalho, com registro ativo no CREA, responsável técnico pelos programas e laudos técnicos;
  - o Médico do Trabalho, com registro no CRM, responsável pelo PCMSO e análise de exames médicos;
  - o Técnicos de Segurança do Trabalho e profissionais de apoio, conforme demanda operacional;
- Todos os profissionais deverão estar habilitados legalmente para as respectivas atribuições, sendo exigida a apresentação de documentos comprobatórios de qualificação técnica e registros nos conselhos profissionais;
- A contratada deverá comprovar que dispõe de software especializado em gestão de segurança do trabalho, compatível com os requisitos do e-Social SST, permitindo:
  - o Lançamento e controle de informações legais obrigatórias;
  - o Geração automática dos eventos S-2210, S-2220 e S-2240;
  - o Registro digital de entrega e controle de EPIs;



- Acesso simultâneo por múltiplos usuários designados pela Administração;
- O sistema deverá possuir suporte técnico permanente, treinamento de usuários e manual de operação, sendo toda a estrutura fornecida e mantida pela contratada;
- Deverão ser disponibilizados canais de atendimento remoto e presencial, com tempo de resposta compatível com a criticidade dos serviços (no máximo 4 horas úteis para atendimentos remotos e até 1(um) dia útil para atendimento in loco);
- Os treinamentos obrigatórios (CIPA, primeiros socorros, uso de EPI etc.) deverão ser realizados de forma presencial, com fornecimento integral de material didático, equipamentos, certificados e recursos por conta da contratada;
- Os documentos técnicos elaborados (PGR, PCMSO, LTCAT, laudos de insalubridade/periculosidade, PPP, relatórios) deverão conter:
  - Identificação clara da unidade/setor avaliado;
  - Assinatura do responsável técnico com respectiva ART ou registro profissional;
  - Prazos de validade e critérios de revisão;
  - Estrutura organizacional compatível com a Administração;
- Os serviços deverão observar os critérios de:
  - Sustentabilidade, com preferência ao uso de recursos digitais;
  - Segurança da informação, quanto à guarda dos dados ocupacionais, em conformidade Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018);
  - Rastreabilidade e controle, por meio de relatórios periódicos e registros de execução.

## 5. RESULTADOS PRETENDIDOS

5.1. A contratação busca promover uma gestão técnica, sistemática e integrada da saúde e segurança ocupacional no âmbito da Administração Pública Municipal, resultando em benefícios diretos à conformidade legal, à preservação da integridade física dos servidores e à eficiência da máquina pública.

5.2. Espera-se, como principais resultados da execução contratual:

- **Atendimento integral às exigências legais** relativas à segurança e medicina do trabalho, conforme as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, a Lei nº 8.213/91, as diretrizes do e-Social e demais normativas correlatas;
- **Redução de riscos jurídicos e previdenciários**, por meio da elaboração tempestiva e correta de laudos, programas, registros e relatórios exigidos, bem como pela capacitação contínua dos servidores quanto às boas práticas de segurança laboral;
- **Fortalecimento da governança pública**, com controle e padronização dos processos internos relacionados à SST, centralização da gestão e rastreabilidade documental;
- **Promoção de ambientes de trabalho mais seguros**, organizados e adequados, com acompanhamento preventivo de riscos e adoção de medidas corretivas com base em pareceres técnicos especializados;
- **Valorização dos servidores públicos**, por meio de ações que garantem sua integridade física e mental, resultando em menor índice de afastamentos, maior produtividade e qualidade de vida no trabalho;
- **Modernização da gestão pública**, com uso de tecnologia para controle de entregas, armazenamento digital de documentos, envio eletrônico de eventos ao e-Social e redução de consumo de insumos físicos;
- **Capacitação contínua das equipes**, com oferta de treinamentos presenciais sobre primeiros socorros, uso correto de EPI, formação de CIPA, entre outros, promovendo cultura organizacional voltada à prevenção;
- **Geração de dados estratégicos**, com relatórios gerenciais, indicadores de risco e estatísticas de segurança do trabalho, subsidiando decisões administrativas mais eficazes e seguras.

5.3. Os resultados deverão ser acompanhados mensalmente pela fiscalização técnica e consolidados em relatórios de desempenho, garantindo a efetividade da contratação e o alinhamento com os objetivos institucionais.



## **6. MODELO DE EXECUÇÃO GESTÃO DO OBJETO**

6.1. A execução do objeto será realizada por meio da prestação contínua dos serviços definidos no item único da contratação, observando-se cronograma mensal, metas qualitativas e quantitativas, e plano de trabalho previamente alinhado com a Administração, de forma a garantir a entrega dos resultados pretendidos ao longo de toda a vigência contratual.

6.2. A execução será organizada da seguinte forma:

### **6.2.1. Início da Execução Contratual:**

- a) Reunião de alinhamento entre a empresa contratada e a equipe da Administração para apresentação do plano de trabalho inicial;
- b) Mapeamento das unidades administrativas e definição do cronograma de visitas e coletas de dados;
- c) Apresentação dos profissionais designados com respectivos registros (CREA, CRM) e responsáveis técnicos.

### **6.2.2. Prestação Mensal dos Serviços:**

- a) Execução das atividades previstas (elaboração/revisão dos programas e laudos, treinamentos, consultorias, Gestão de SST e envio de informações ao e-Social, visitas técnicas, entre outros), conforme cronograma pactuado;
- b) Entregas de relatórios técnicos, laudos, pareceres, certificados de treinamento, arquivos digitais e evidências do cumprimento das obrigações legais;
- c) Apresentação dos Laudos aos Gestores municipais, sanando todas as dúvidas relacionadas aos temas;
- d) Comunicação permanente com os setores da Administração por meio de canais diretos (presencial, telefone e digital).

### **6.2.3. Acompanhamento e Fiscalização:**

- a) Designação de fiscais técnicos em cada secretaria/setor, responsáveis por acompanhar a execução local e verificar a efetividade das ações;
- b) Emissão de relatórios mensais de acompanhamento, com atestados de recebimento provisório;
- c) Registro das entregas e controles no sistema interno da Prefeitura, integrando a gestão do contrato.

### **6.2.4. Monitoramento de Resultados:**

- a) Avaliação da conformidade legal e da efetividade técnica dos serviços prestados;
- b) Análise dos indicadores de desempenho, emissão de pareceres da fiscalização e revisão periódica do plano de trabalho, quando necessário;
- c) Realização de reuniões de avaliação contratual e proposição de ajustes operacionais.

### **6.2.5. Encerramento Contratual:**

- a) Apresentação do relatório final de execução;
- b) Entrega de todos os documentos técnicos atualizados e registros de atendimento;
- c) Verificação final por parte da fiscalização e emissão do termo de recebimento definitivo.

6.3. A contratada será responsável por todos os insumos necessários à execução dos serviços, incluindo materiais de treinamento, recursos de tecnologia da informação, deslocamentos, equipamentos e emissão de documentos. Toda a execução será pautada pela legalidade, eficiência, rastreabilidade e compromisso com a saúde e segurança dos servidores públicos municipais.





## 7. MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

7.1. A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas por servidores formalmente designados pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 4.623/2023, com base em plano de fiscalização adequado à natureza, criticidade e complexidade do objeto.

7.2. A estrutura de gestão do contrato será composta por:

- **Gestor do Contrato:** servidor designado com atribuição de acompanhar a execução administrativa, analisar notas fiscais, autorizar pagamentos e promover interlocução com a contratada;
- **Fiscais Técnicos por Secretaria:** cada secretaria/setor designará um servidor responsável pelo acompanhamento in loco da execução dos serviços em sua respectiva unidade, atuando no controle de cumprimento do cronograma, verificação de treinamentos, validação de documentos e interface direta com a contratada;
- **Fiscal Administrativo:** servidor responsável pelo acompanhamento documental e processual da execução contratual, verificação de cláusulas contratuais, registros de ocorrências e controle do prazo de vigência.

7.3. A contratada deverá apresentar mensalmente todos os documentos comprobatórios dos serviços realizados, incluindo:

- Laudos e relatórios técnicos assinados pelos profissionais responsáveis;
- Certificados de treinamentos;
- Relatórios de visitas técnicas e pareceres;
- Comprovação da alimentação correta do sistema e-Social;
- Registros de entrega de EPIs, emissão de CATs e PPPs.

7.4. A fiscalização técnica emitirá relatórios mensais de acompanhamento e atestados de recebimento provisório, os quais subsidiarão a autorização de pagamento. Ao final da vigência contratual, será emitido o termo de recebimento definitivo, com base na conformidade e integralidade da execução do objeto.

7.5. Em caso de descumprimento contratual, os fiscais deverão registrar a ocorrência e instaurar processo para apuração e aplicação das penalidades cabíveis, conforme previsão editalícia e contratual.

7.6. A gestão do contrato será registrada no sistema informatizado de controle da Administração, permitindo a rastreabilidade de todas as ações, decisões e documentos ao longo da execução contratual.

7.7. Presença local de preposto durante a vigência contratual

7.7.1. Tendo em vista a natureza continuada e essencialmente presencial dos serviços contratados, que demandam acompanhamento técnico in loco, visitas regulares aos setores da Administração Pública Municipal, e atendimento imediato em situações emergenciais relacionadas à segurança e saúde do trabalho, a empresa contratada deverá manter preposto com disponibilidade de atendimento **presencial no Município de Mirassol D'Oeste**, durante todo o período de vigência do contrato.

7.7.2. Tal exigência não configura critério de habilitação, mas sim condição necessária à adequada execução do objeto contratual, visando à **eficiência, tempestividade e qualidade da prestação do serviço**, conforme preconizado pelos princípios da Administração Pública e em observância ao interesse público.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. O pagamento à contratada será efetuado **mensalmente**, em conformidade com os serviços efetivamente prestados e atestados pelos fiscais designados, mediante apresentação de:

- a) **Nota fiscal eletrônica**, compatível com o objeto contratado e valor mensal previsto;
- b) **Relatório de execução mensal**, contendo:



- Programas e laudos técnicos elaborados ou revisados no período (PGR, PCMSO, LTCAT, PPP, etc.);
- Treinamentos realizados com listas de presença e certificados emitidos;
- Registros de alimentação do e-Social;
- Relatórios de visitas técnicas, consultorias prestadas e pareceres emitidos;
- Comprovação de atendimento aos setores da Administração, com apoio dos fiscais por secretaria.

8.2. A medição dos serviços será baseada no modelo de execução previamente aprovado, considerando a entrega integral das obrigações mensais pactuadas. O não cumprimento de qualquer item poderá implicar retenção ou glosa proporcional do valor da fatura.

8.3. A liberação do pagamento estará condicionada ao:

- **Atesto formal do recebimento provisório** por parte da fiscalização técnica;
- **Verificação da regularidade fiscal e trabalhista da contratada**, conforme exigido no edital e contrato;
- **Cumprimento das cláusulas contratuais** e apresentação de todos os documentos exigidos para o período.

8.4. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias após a apresentação da documentação completa, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. A Administração reserva-se o direito de aplicar sanções administrativas, conforme previsto contratualmente, em caso de inadimplemento, atrasos injustificados ou prestação insatisfatória dos serviços.

## 9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação na modalidade **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, conforme o art. 28, inciso I, combinado com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação de serviços comuns, definidos por especificações padronizadas e objetivas que possibilitam comparação direta entre as propostas. O uso do sistema de registro de preços visa atender às demandas futuras da Administração de forma planejada, com maior eficiência e economicidade, possibilitando a formalização contratual conforme a conveniência e necessidade do órgão.

9.2. O procedimento será processado em sistema eletrônico, assegurando os princípios da ampla competitividade, transparência, isonomia e economicidade.

9.3. O julgamento será realizado com base no **critério de menor preço global por item único**, conforme definido neste Termo de Referência e no respectivo edital, buscando garantir a proposta mais vantajosa para a Administração.

9.4. Os licitantes deverão apresentar:

- a) **Atestados de capacidade técnica:** Comprovação, por meio de um ou mais atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, de que a empresa executou ou executa, por período acumulado de **no mínimo 3 (três) anos**, serviços continuados em **Segurança e Saúde no Trabalho (SST)**, de natureza e complexidade compatíveis com o objeto da contratação, preferencialmente junto a órgãos públicos.
- b) **Comprovação de qualificação profissional dos responsáveis técnicos**, vinculados à empresa, incluindo:
  - I. Engenheiro de Segurança do Trabalho com registro ativo no CREA;
  - II. Médico do Trabalho com registro ativo no CRM;
  - III. **declaração formal dos profissionais responsáveis técnicos – engenheiro de segurança do trabalho e médico do trabalho** – informando que estão disponíveis e comprometidos com o exercício das funções durante a vigência do contrato, vinculando-se ao licitante por contrato, carta de anuência ou outro instrumento válido.
- c) **Documentação de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira**, conforme exigências da Lei nº 14.133/2021 e do edital;
- d) **Declarações obrigatórias e demais exigências previstas**, inclusive quanto à inexistência de



impedimentos legais para contratar com a Administração Pública.

9.4.1. Justificativa técnica:

9.4.1.1. As exigências adicionais de habilitação técnica estão fundamentadas no disposto no **art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021**, que permite à Administração Pública definir requisitos técnicos compatíveis com a complexidade do objeto, com o objetivo de assegurar a adequada execução contratual.

9.4.1.2. A exigência de **atestados com comprovação de no mínimo 3 (três) anos de experiência acumulada em serviços continuados de Segurança e Saúde no Trabalho (SST)** se justifica pela **complexidade e criticidade do objeto contratado**, que envolve múltiplos laudos técnicos, sistemas de informação (e-Social), treinamentos presenciais e cumprimento rigoroso de normativas legais (NRs, INSS, e-Social, etc.).

9.4.1.3. A **declaração de disponibilidade técnica dos responsáveis técnicos** assegura que os profissionais legalmente habilitados (engenheiro de segurança e médico do trabalho) estarão formalmente vinculados ao projeto desde o início da execução, garantindo **responsabilidade técnica efetiva e continuidade dos serviços** prestados.

9.4.1.4. Tais exigências são compatíveis com a jurisprudência do **Tribunal de Contas da União (TCU)**, especialmente no sentido de que:

- A Administração pode exigir somatório de atestados para comprovar capacidade técnica (Acórdão TCU nº 1.092/2014 – Plenário);
- A exigência de disponibilidade do responsável técnico, mesmo sem vínculo empregatício direto, é legítima desde que assegure a presença do profissional durante a execução (Acórdão TCU nº 2.495/2013 – Plenário).

9.4.1.5. Portanto, as exigências ora incluídas são proporcionais, objetivas e juridicamente adequadas ao escopo do contrato, promovendo a segurança jurídica e a melhor execução da contratação pública.

9.5. A licitação será conduzida por agente de contratação designado, com apoio da equipe de apoio, observando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

## 10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. A estimativa do valor da contratação foi realizada com base em três propostas obtidas diretamente junto a empresas especializadas na prestação de serviços integrados de saúde e segurança do trabalho, cujos valores são apresentados a seguir:

Empresa	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
Alfa Ômega	17.000,00	204.000,00
Previna	32.425,00	389.100,00
SGPrev	41.666,66	499.999,99

10.2. A média aritmética simples dos valores mensais apresentados é de R\$ 30.363,89, o que resulta em uma estimativa anual de R\$ 364.366,68

Ressalta-se que este valor poderá sofrer alterações após a análise e validação do setor responsável pela pesquisa de preços, conforme procedimentos internos e a legislação aplicável, especialmente em razão de variações de mercado e eventuais adequações técnicas.

## 11. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

11.1. Considerando a natureza do objeto da contratação, que envolve a prestação contínua e integrada de diversos serviços relacionados à saúde e segurança do trabalho, como a elaboração e gestão de programas e laudos técnicos (PCMSO, PGR, GRO, LTCAT, PPP, entre outros), treinamentos presenciais, consultoria especializada e suporte ao e-Social, não se mostra viável o parcelamento da solução.

11.2. A fragmentação da contratação comprometeria a unidade técnica do serviço, dificultando a padronização dos procedimentos, a continuidade das ações preventivas, o acompanhamento dos indicadores



de saúde ocupacional, bem como a responsabilização da empresa contratada quanto à efetiva prestação dos serviços.

11.3. Ademais, a contratação de uma única empresa permite maior eficiência na coordenação e execução das atividades, reduz custos administrativos e evita sobreposição de responsabilidades, além de estar em consonância com o princípio da economicidade previsto na Lei nº 14.133/2021.

11.4. Portanto, a solução será contratada de forma única e integral, garantindo maior qualidade, efetividade e controle dos resultados esperados pela Administração Pública.

## **12. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

12.1. Foi registrada a inclusão no PCA/2025 através do informativo nº 16, disponível no site da Prefeitura Municipal, sendo assim não se caracteriza uma contratação surpresa, publicado a quem interessar com devida transparência.

< [https://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao\\_Transparencia\\_view&f=154](https://www.mirassoldoeste.mt.gov.br/transparencia?c=Publicacao_Transparencia_view&f=154)>

## **13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

13.1. Recursos Próprios da Secretaria de Administração e Planejamento; 13.2.

Projeto/atividade: 2005

13.3. Dotação: 066 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

## **14. DO REAJUSTE DE PREÇOS**

14.1. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Excepcionalmente, conforme previsto no Art. 82, § 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, poderá ser solicitada a revisão dos preços, com o objetivo de preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essa hipótese se aplica nos casos de ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis. A solicitação deverá ser formalizada por escrito, fundamentada e acompanhada da devida comprovação, sendo protocolada junto ao setor responsável da Prefeitura Municipal, por meio físico ou eletrônico.

14.3. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses, será admitido o reajuste do contrato, contado da data limite para apresentação da proposta ou, nos casos subsequentes, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste autorizado. Para tanto, deverá ser apresentada uma demonstração analítica da variação dos custos que justifique a pretensão, considerando insumos, materiais, serviços e demais elementos que impactem na composição do preço, cabendo análise técnica e manifestação conclusiva do órgão contratante.

14.4. Os preços ofertados deverão contemplar todos os encargos incidentes sobre a prestação dos serviços, incluindo impostos, contribuições, taxas, seguros, despesas administrativas, operacionais e quaisquer outros necessários ao integral cumprimento das obrigações contratuais.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1. O licitante vencedor que, injustificadamente, deixar de retirar a Nota de Empenho, não aceitar ou se recusar a assinar o instrumento contratual ou Ata de Registro de Preços, ou ainda não entregar o objeto contratado, estará sujeito à retomada da sessão para convocação dos demais classificados, além da aplicação das seguintes sanções:

- Impedimento de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, conforme previsto na legislação vigente.

15.2. No caso de atraso injustificado na execução do objeto, inexecução total ou parcial do contrato, ou negativa de fornecimento do objeto sob a alegação de não ter formalizado a Ata ou o Contrato, ressalta-





se que o compromisso assumido com o Pregoeiro durante a sessão vincula o licitante, podendo ser aplicadas, após regular processo administrativo, as seguintes penalidades:

- **Advertência formal;**
- **Multa de 0,3% (três décimos por cento)** ao dia, limitada a 10% (dez por cento) do valor total da Nota de Empenho, em razão de atraso na entrega ou substituição do objeto, ou pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual;
- **Multa de 10% (dez por cento)** sobre o valor total da Nota de Empenho, em caso de inexecução total ou parcial do objeto;
- **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da penalidade ou até a reabilitação da empresa, mediante ressarcimento dos prejuízos causados e decurso do prazo da sanção.

15.3. As penalidades de multa serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ou cobradas judicialmente, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração.

15.4. A aplicação de qualquer penalidade observará o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal que regulamenta as sanções administrativas no âmbito do Município.

## 16. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1. A fiscalização da execução contratual será exercida por servidores formalmente designados, responsáveis por acompanhar a conformidade da prestação dos serviços com os termos estabelecidos neste Termo de Referência.

16.2. Compete aos fiscais analisar os documentos exigidos, verificar a efetiva execução das atividades contratadas, exigir o cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada e adotar providências em caso de irregularidades, especialmente após a emissão dos pedidos de empenho.

16.3. Os servidores designados atuarão como fiscais do contrato durante toda a vigência contratual, conforme segue:

- **Fiscal Titular:** Adriano Teles Eleodoro
- **Fiscal Suplente:** Patricia de Carvalho Melquiades

16.4. Ambos exercerão suas atribuições nos termos da legislação vigente, promovendo o acompanhamento técnico, a verificação de conformidade dos serviços prestados e a comunicação de eventuais não conformidades ao setor competente para adoção das medidas cabíveis.

## 17. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

17.1. Para o fiel cumprimento de suas obrigações, a licitante vencedora deverá:

- I. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Prefeitura Municipal, formalizadas por escrito em duas vias, entregues mediante recibo;
- II. Executar os serviços dentro dos prazos e condições pactuadas, conforme previsto neste Edital e no Contrato, responsabilizando-se integralmente pelo descumprimento;
- III. Garantir a entrega dos serviços conforme os padrões exigidos pela Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos decorrentes do descumprimento contratual;
- IV. Não realizar subcontratação total ou parcial sem a prévia anuência da Prefeitura Municipal. Em caso de autorização, a CONTRATADA permanece integralmente responsável pelas obrigações contratuais;
- V. Responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros em decorrência de culpa ou dolo, ainda que haja fiscalização;



- VI. Prestar prontamente todos os esclarecimentos solicitados pela Administração e informar imediatamente qualquer anormalidade durante a execução contratual;
- VII. Manter controle rigoroso da execução dos serviços, assumindo os ônus dela decorrentes, independentemente da fiscalização exercida pela Administração;
- VIII. Indenizar a Prefeitura e/ou terceiros pelos prejuízos causados, ainda que decorrentes da omissão de fiscalização, adotando medidas preventivas em consonância com a legislação vigente;
- IX. Garantir a plena execução do contrato, mesmo diante de paralisações ou greves, sem gerar ônus adicional à Administração;
- X. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- XI. Assegurar a fidedignidade das avaliações. Caso resultados ultrapassem 100% do limite de tolerância, repetir as avaliações com acompanhamento do responsável técnico e outro colaborador de apoio;
- XII. Utilizar equipamentos adequados, calibrados e certificados conforme normas do INMETRO e RBC (Rede Brasileira de Calibração), dentro do prazo de validade;
- XIII. Realizar avaliação quantitativa sempre que a avaliação qualitativa identificar exposição habitual e permanente (ou intermitente), mesmo que sazonal, utilizando parâmetros técnicos e normas regulamentadoras;
- XIV. Realizar dosimetria de ruído em jornada inteira (mínimo 6h) quando identificado risco elevado; nos demais casos, realizar medição pontual com decibelímetro;
- XV. Identificar e recomendar as medidas e equipamentos de proteção coletiva (EPC) adequados à eliminação ou mitigação dos riscos;
- XVI. Detalhar os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) recomendados para mitigar os riscos, com especificação técnica;
- XVII. Executar as avaliações ambientais por ambiente de trabalho, próximo ao colaborador exposto ao maior risco;
- XVIII. Emitir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), conforme legislação vigente, incluindo projetos elaborados por engenheiros;
- XIX. Fornecer aos seus colaboradores EPIs e demais recursos para segurança do trabalho, responsabilizando-se integralmente por eventuais acidentes;
- XX. Assumir integralmente todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e indenizatórias relativas aos seus empregados;
- XXI. Assumir a logística e transporte necessário para execução do objeto, sem custos adicionais para a Prefeitura;
- XXII. Comunicar ao setor de Gestão de Pessoas da Prefeitura eventuais situações que possam comprometer o cronograma dos serviços, sugerindo medidas corretivas;
- XXIII. Não alegar desconhecimento, incompreensão ou dúvidas quanto às especificações do edital, assumindo os ônus decorrentes;
- XXIV. Fornecer os materiais necessários para execução dos serviços de prevenção de riscos ocupacionais;
- XXV. Responder civil e penalmente por todos os atos praticados por seus empregados na execução do contrato;
- XXVI. Observar rigorosamente os prazos e o cronograma previstos no edital e no contrato;
- XXVII. Utilizar exclusivamente mão de obra qualificada, identificada com crachá e uniforme, sob supervisão direta do Setor de Segurança do Trabalho;
- XXVIII. Informar previamente ao setor responsável da Prefeitura os dias e horários de execução do cronograma das atividades.
- XXIX. A contratada deverá manter preposto designado, com poderes de representação suficientes, no município de Mirassol D'Oeste - MT, durante toda a vigência do contrato. Esse preposto será responsável pelo pronto atendimento às convocações da Administração Pública Municipal, pela supervisão da execução contratual e pela interlocução direta com os setores demandantes e fiscais do contrato. A presença local é imprescindível para garantir a efetividade das ações presenciais, como vistorias, treinamentos, visitas técnicas e outras atividades de segurança e medicina do



trabalho exigidas neste Termo de Referência.

## **18. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE**

18.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a empresa CONTRATADA possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações.

18.2. Efetuar o pagamento nas condições e prazos estipulados. 18.3.

Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização.

18.4. Notificar, por escrito, à empresa CONTRATADA, a ocorrência de eventual imperfeição no curso da entrega dos produtos e serviços, fixando prazo para sua correção.

18.5. Fiscalizar livremente a entrega, não eximindo a empresa CONTRATADA de total responsabilidade quanto à execução da mesma.

18.6. Acompanhar a entrega, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da execução; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, a entrega dos produtos fora das especificações deste Edital.

18.7. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos neste edital, e em tudo o mais que se relacione com o fornecimento, desde que não acarrete ônus para a PREFEITURA.

18.8. Aplicar as sanções administrativas por descumprimento do pactuado nesse Termo de Referência.

## **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. É **vedada** a subcontratação **total ou parcial** do objeto contratado, conforme previsto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, exceto se expressamente autorizada pela Administração em situações excepcionais, devidamente justificadas e formalizadas.

19.2. A eventual autorização não exime a contratada da **responsabilidade integral** pela execução do contrato, permanecendo como única responsável pelas obrigações contratuais, inclusive por falhas, vícios, atrasos ou quaisquer prejuízos causados à Administração ou a terceiros.

## **20. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

20.1. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por agente público (fiscal de contrato) indicado pela Secretaria de Administração e Planejamento, conforme especificado neste Termo de Referência. A fiscalização abrangerá o cumprimento do cronograma, a conformidade dos serviços prestados com as especificações técnicas, e a entrega tempestiva dos documentos exigidos.

20.2. O representante gestor do contrato atuará conjuntamente com o setor jurídico, zelando pela observância das normas legais aplicáveis, pela manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, e pela transparência dos atos administrativos.

20.3. As disposições contidas neste Termo de Referência prevalecerão sobre quaisquer orientações informais. Situações omissas ou dúvidas quanto à interpretação deste instrumento deverão ser dirimidas pela autoridade competente da Administração, respeitada a legislação vigente, em especial a Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentações municipais correlatas.

## **21. DAS ASSINATURAS**

*Elaborado por:*

**EDSON SOBRINHO DE MELO FREITAS**

Auxiliar administrativo

ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE**



Rua Antônio Tavares, 3310 Centro CEP 78.280.000 FONES: (65) 3241.1914 / 1915 / 2027 - FAX: (65) 3241.3591 [www.mirassoldoeste.mt.gov.br](http://www.mirassoldoeste.mt.gov.br) e-mail: [pmmd@mirassoldoeste.mt.gov.br](mailto:pmmd@mirassoldoeste.mt.gov.br)

*Autorizado por:*

*ADRIANO TELES ELEODORO*  
Coordenador de Gestão de Pessoas

*ISAQUE BATISTA DE FARIAS*  
Secretário de Administração e Planejamento





## ANEXO V

Lista de Produtos com preço médio (Sistema Fiorilli)Licitação: **000138/25 PREGÃO ELETRÔNICO**

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Médio	Valor Total
1	008.811.797	SERVICO DE CONSULTORIA NA AREA ADMINISTRATIVA - DO TIPO GESTAO DE SEGURANCA DO TRABALHO E SAUDE OCUPACIONAL	Mês	12	24.099,37	289.192,44
Total ->				24.099,37		289.192,44